

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	41
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	42
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	43
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2021</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	807.080.529
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>807.080.529</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
1	Ativo Total	1.507.323	1.543.488
1.01	Ativo Circulante	83.156	103.733
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	13.774	8.813
1.01.02	Aplicações Financeiras	36.387	63.431
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	36.387	63.431
1.01.02.01.03	Investimentos de Curto Prazo	36.387	63.431
1.01.03	Contas a Receber	27.070	28.662
1.01.03.01	Clientes	27.070	28.662
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.267	430
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.267	430
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.521	2.334
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	137	63
1.01.08.03	Outros	137	63
1.01.08.03.02	Outros Ativos Circulantes	137	63
1.02	Ativo Não Circulante	1.424.167	1.439.755
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	51.243	47.778
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	37.413	34.781
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	37.413	34.781
1.02.01.07	Tributos Diferidos	3.767	2.083
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.767	2.083
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	8.556	9.190
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.507	1.724
1.02.01.10.03	Outros Ativos	1.451	1.418
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	56	306
1.02.03	Imobilizado	1.363.651	1.382.516
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.360.219	1.378.632
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	3.432	3.884
1.02.04	Intangível	9.273	9.461
1.02.04.01	Intangíveis	9.273	9.461
1.02.04.01.02	Intangíveis	9.273	9.461

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
2	Passivo Total	1.507.323	1.543.488
2.01	Passivo Circulante	103.156	105.350
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	378	534
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	378	534
2.01.02	Fornecedores	20.924	16.485
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	20.924	16.485
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.406	3.018
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	86	1.711
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	58	1.671
2.01.03.01.04	Outros	28	40
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.316	1.301
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4	6
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	70.788	67.980
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	48.590	48.678
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	48.590	48.678
2.01.04.02	Debêntures	22.198	19.302
2.01.05	Outras Obrigações	525	7.177
2.01.05.02	Outros	525	7.177
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	6.970
2.01.05.02.04	Arrendamentos	525	207
2.01.06	Provisões	9.135	10.156
2.01.06.02	Outras Provisões	9.135	10.156
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	483	488
2.01.06.02.04	Uso do bem público	1.566	1.566
2.01.06.02.05	Provisão para constituição de ativos	3.225	3.225
2.01.06.02.06	Encargos setoriais - Pesquisa e desenvolvimento - P&D	3.861	4.551
2.01.06.02.07	Credores diversos	0	326
2.02	Passivo Não Circulante	501.776	526.700
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	488.608	512.393
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	217.327	241.278
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	217.327	241.278
2.02.01.02	Debêntures	271.281	271.115
2.02.02	Outras Obrigações	524	603
2.02.02.02	Outros	524	603
2.02.02.02.03	Arrendamentos	524	603
2.02.04	Provisões	12.644	13.704
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	42	213
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	42	213
2.02.04.02	Outras Provisões	12.602	13.491
2.02.04.02.04	Uso do bem público	12.602	13.491
2.03	Patrimônio Líquido	902.391	911.438
2.03.01	Capital Social Realizado	818.858	818.858
2.03.04	Reservas de Lucros	92.580	92.580
2.03.04.01	Reserva Legal	7.335	7.335
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	80.678	80.678
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	4.567	4.567

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2021</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2020</b>
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-9.047	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	47.813	97.183	43.989	96.620
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-51.078	-76.069	-32.589	-61.422
3.02.01	Custo do uso do serviço de transmissão - CUST	-5.063	-10.077	-4.887	-9.744
3.02.02	Outros custos operacionais	-2.885	-6.369	-3.144	-6.100
3.02.03	Depreciação e amortização	-9.700	-19.255	-12.785	-22.339
3.02.04	Uso do bem publico	-93	-187	-93	-187
3.02.05	Energia eletrica comprada para revenda	-30.921	-35.809	-9.246	-19.421
3.02.06	Compensação financeira pela utilização de recursos hidricos - CFURH	-2.416	-4.372	-2.434	-3.631
3.03	Resultado Bruto	-3.265	21.114	11.400	35.198
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-695	-1.308	-598	-2.539
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-695	-1.308	-598	-2.539
3.04.02.01	Depreciação e amortização	-130	-222	-74	-146
3.04.02.02	Administrativas e gerais	-560	-1.004	-418	-2.157
3.04.02.03	Pessoal	-44	-121	-106	-236
3.04.02.04	Outras Receitas	39	39	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-3.960	19.806	10.802	32.659
3.06	Resultado Financeiro	-14.407	-30.537	-7.925	-21.001
3.06.01	Receitas Financeiras	827	1.303	626	1.288
3.06.02	Despesas Financeiras	-15.234	-31.840	-8.551	-22.289
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-18.367	-10.731	2.877	11.658
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	2.509	1.684	-279	-1.274
3.08.01	Corrente	526	0	-160	-759
3.08.02	Diferido	1.983	1.684	-119	-515
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-15.858	-9.047	2.598	10.384
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-15.858	-9.047	2.598	10.384
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,0196	0,0112	0,0032	0,0129

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-15.858	-9.047	2.598	10.384
4.03	Resultado Abrangente do Período	-15.858	-9.047	2.598	10.384

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	39.441	86.579
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	40.025	55.521
6.01.01.01	Lucro/ Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	-10.731	11.658
6.01.01.02	Depreciação e amortização	19.664	22.672
6.01.01.04	Baixa de ativo imobilizado	16	96
6.01.01.05	Encargos de dívidas	31.529	21.217
6.01.01.06	Outras variações monetária líquidas	-64	0
6.01.01.07	Descontos financeiros obtidos	0	-2
6.01.01.10	Receita de aplicações financeiras	-1.316	-629
6.01.01.11	Repactuação do risco hidrológico	634	634
6.01.01.12	Reversão de contingência	-171	-168
6.01.01.13	Encargos de dividas arrendamentos	53	43
6.01.01.14	Impostos sobre aplicações financeiras	196	0
6.01.01.15	Baixa de depósitos judiciais	215	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	72	32.901
6.01.02.01	Impostos a compensar	-1.181	-1.116
6.01.02.02	Adiantamentos a fornecedores	-110	11
6.01.02.03	Despesas pagas antecipadamente	-1.187	1.006
6.01.02.04	Fornecedores	-1.499	-26
6.01.02.05	Salários e obrigações	-156	-226
6.01.02.06	Tributos e contribuições sociais a recolher	-1.612	1.023
6.01.02.07	Outros passivos circulantes	-1.105	-69
6.01.02.08	Outros ativos circulantes	0	8
6.01.02.09	Contas a receber	1.592	31.324
6.01.02.10	Encargos sociais	-705	1.491
6.01.02.11	Provisão para compensação ambiental	-5	-241
6.01.02.14	Depósitos Judiciais	35	0
6.01.02.15	Outros ativos não circulantes	3	-284
6.01.02.16	Partes Relacionadas	6.002	0
6.01.03	Outros	-656	-1.843
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social recolhidos	-656	-1.843
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	25.276	-1.981
6.02.01	Aplicações em títulos e valores mobiliários	-4.552	-2.705
6.02.02	Aplicações no imobilizado	-256	-448
6.02.03	Resgate de aplicações em títulos e valores mobiliários	2.344	1.260
6.02.05	Pagamento de provisão para constituição de ativos	0	-88
6.02.06	Resgates em investimentos de curto prazo	98.572	0
6.02.07	Aplicações em investimentos de curto prazo	-70.832	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-59.756	-45.447
6.03.04	Amortização de principal e pagamento de juros de financiamento	-52.506	-42.664
6.03.05	Amortização de principal e pagamento de juros de arrendamentos	-280	-175
6.03.06	Pagamento de Dividendos	-6.970	-2.608
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	4.961	39.151



**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020</b>
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.813	10.797
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	13.774	49.948

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	818.858	0	92.580	0	0	911.438
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	818.858	0	92.580	0	0	911.438
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-9.047	0	-9.047
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-9.047	0	-9.047
5.07	Saldos Finais	818.858	0	92.580	-9.047	0	902.391

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	807.081	0	84.553	0	0	891.634
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	807.081	0	84.553	0	0	891.634
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	10.384	0	10.384
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	10.384	0	10.384
5.07	Saldos Finais	807.081	0	84.553	10.384	0	902.018

**DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020</b>
7.01	Receitas	108.030	107.637
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	107.991	107.637
7.01.02	Outras Receitas	39	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-56.214	-39.454
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-56.214	-39.454
7.03	Valor Adicionado Bruto	51.816	68.183
7.04	Retenções	-19.664	-22.671
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-19.664	-22.671
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	32.152	45.512
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.368	1.350
7.06.02	Receitas Financeiras	1.368	1.350
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	33.520	46.862
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	33.520	46.862
7.08.01	Pessoal	977	980
7.08.01.01	Remuneração Direta	739	666
7.08.01.02	Benefícios	175	257
7.08.01.03	F.G.T.S.	63	57
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	9.609	13.020
7.08.02.01	Federais	9.609	13.020
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	31.981	22.478
7.08.03.01	Juros	31.582	21.260
7.08.03.02	Aluguéis	141	189
7.08.03.03	Outras	258	1.029
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-9.047	10.384
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-9.047	10.384

## Comentário do Desempenho

### Relatório da Administração

#### Aos acionistas

A Administração da Ferreira Gomes Energia S.A (“Companhia”), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da Administração e as informações contábeis intermediárias da Companhia para o trimestre findo em 30 de junho de 2021, compreendendo o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o período de seis meses findo naquela data, e as respectivas notas explicativas às informações contábeis intermediárias acompanhadas do relatório do auditor independente sobre a revisão das informações contábeis intermediárias. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas estão à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

#### 1. Breve histórico da Companhia

A Ferreira Gomes Energia S.A é uma Companhia de capital aberto, constituída em 10 de agosto de 2010.

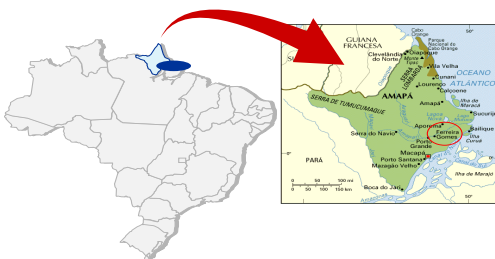
A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), cuja concessão foi obtida pela Alupar no leilão de geração de energia nova 003/2010 (“Leilão”), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em julho de 2010.

Em 09 de novembro de 2010, foi firmado entre a Companhia e a União o Contrato de Concessão nº 02/2010 – MME – UHE Ferreira Gomes, que concede a Companhia o direito de explorar o empreendimento pelo prazo de 35 anos (até 09 de novembro de 2045).

A contratação de energia foi efetuada no Ambiente de Comercialização Regulado ACR, assim a Companhia assinou contrato de compra e venda de energia com 27 distribuidoras que participaram do leilão.

A Ferreira Gomes Energia S.A., cuja sede está localizada na cidade de São Paulo, tem como objeto social a construção, operação e exploração do potencial de energia hidráulica localizada no rio Araguari em Ferreira Gomes, no Estado do Amapá, bem como das respectivas Instalações de Transmissão de Interesse Restrito à Central geradora.

O mapa a seguir ilustra a localização do empreendimento:



## Comentário do Desempenho

A Companhia conta com três unidades geradoras de energia, cujas entradas em operação são apresentadas a seguir:

Unidades geradoras	Início da operação comercial	Início da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	nº 4.297	84 MW (megawatts)	71,6 MW (megawatts)
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	nº 4.815	84 MW (megawatts)	47,6 MW (megawatts)
3ª	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	nº 1.271	84 MW (megawatts)	33,9 MW (megawatts)
				<u>252 MW (megawatts)</u>	<u>153,10 MW (megawatts)</u>

## 2. Governança corporativa

A Ferreira Gomes pauta o desenvolvimento de suas atividades em elevados padrões de governança corporativa.

Estão incluídos na estrutura de governança corporativa da Companhia:

### Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por três membros, eleitos na Assembleia Geral, com mandato de três anos, admitida a reeleição por igual período.

### Diretoria estatutária

A diretoria estatutária exerce a gestão dos negócios, seguindo as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, e é composta pelos diretores:

- (i) financeiro;
- (ii) de relações com investidores,
- (iii) administrativo, e
- (iv) técnico.

### Conselho fiscal

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia poderá ter um Conselho Fiscal não permanente, o qual exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado nos exercícios sociais em que assim solicitarem os acionistas, nos casos previstos em lei. O Conselho Fiscal será composto por três membros efetivos e três suplentes, acionistas ou não, residentes no país, sendo admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que a instalação do Conselho Fiscal for solicitada, a Assembleia Geral elegerá seus membros e indicará um deles para o cargo de presidente do Conselho Fiscal, bem como estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o mandato dos membros terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação. Até 30 de junho de 2021, a Companhia não recebeu qualquer pedido de instalação de conselho fiscal pelos acionistas.

## Comentário do Desempenho

### 3. Desempenho econômico-financeiro

(Em milhares de Reais)

	30/06/2021	30/06/2020	Variação %
Receita operacional bruta	107.991	107.637	0,3%
(-) Deduções da receita operacional	(10.808)	(11.017)	-1,9%
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>97.183</b>	<b>96.620</b>	<b>0,6%</b>
(-) Custos operacionais	(76.069)	(61.422)	23,8%
<b>Lucro bruto</b>	<b>21.114</b>	<b>35.198</b>	<b>-40,0%</b>
(-) Despesas/receitas operacionais	(1.308)	(2.539)	-48,5%
(-) Despesas/receitas financeiras	(30.537)	(21.001)	45,4%
<b>Lucro (prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda</b>	<b>(10.731)</b>	<b>11.658</b>	<b>-192,0%</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(759)	-100,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.684	(515)	-427,0%
<b>Lucro (prejuízo) do período</b>	<b>(9.047)</b>	<b>10.384</b>	<b>-187,1%</b>
<b>Ativo total</b>	<b>1.552.129</b>	<b>1.544.310</b>	<b>0,5%</b>
<b>Investimentos</b>	<b>1.382.765</b>	<b>1.411.843</b>	<b>-2,1%</b>

#### Comentários relevantes

A Companhia registrou Receita Líquida de R\$ 97.183 no segundo trimestre de 2021, em comparação aos R\$ 96.620 no segundo trimestre de 2020. O aumento de 0,6% de um período para o outro ocorreu principalmente pela negociação de energia elétrica no ambiente livre (ACL e liquidações na CCEE).

Os custos operacionais do segundo trimestre de 2021 apresentam aumento de 23,8% se comparado com o primeiro semestre de 2020, justificada pelo aumento na compra de energia elétrica. As despesas operacionais do segundo trimestre de 2021 apresentam redução de 48,5% quando comparado ao primeiro semestre de 2020, justificada principalmente pela redução na linha de serviços de terceiros.

O resultado financeiro apresenta aumento de 45,4% se comparado ao primeiro semestre de 2020, justificado principalmente pelo aumento das despesas financeiras.

A provisão de imposto de renda e contribuição social correntes apresentam variações de acordo com o LAIR. A variação do imposto de renda e contribuição social diferidos é proveniente da constituição de saldos de prejuízos fiscais constituídos em períodos anteriores.

Devido ao fato da Ferreira Gomes Energia S.A ser uma “SPE” sociedade de propósito específico, não houve investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas.

Os recursos para implantação, construção e operação da UHE Ferreira Gomes foram provenientes da acionista Alupar Investimentos S.A, bem como de empréstimos e financiamentos captados junto a terceiros, incluindo a emissão de debêntures.

## Comentário do Desempenho

### EBITDA

(Em milhares de Reais)

	30/06/2021	30/06/2020
Lucro (prejuízo) do período	(9.047)	10.384
(+) Resultado financeiro	30.537	21.001
(+) Depreciação e amortização (*)	19.664	22.672
(+) IR/CS correntes	-	759
(+) IR/CS diferidos	(1.684)	515
<b>(=) EBITDA</b>	<b>39.470</b>	<b>55.331</b>

(\*) Valor composto por depreciação, amortização e amortização do UBP – Uso do Bem Público.

### Endividamento

(Em milhares de Reais, exceto índice de endividamento líquido)

	30/06/2021	30/06/2020
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos (líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(71.313)	(56.617)
Não circulante	(489.132)	(529.599)
Dívida total	(560.445)	(586.216)
Caixa e equivalentes de caixa, títulos valores mobiliários e investimentos de curto prazo	87.574	88.014
Dívida líquida	(472.871)	(498.202)
Patrimônio líquido	902.391	902.018
<b>Índice de endividamento líquido</b>	<b>0,52</b>	<b>0,55</b>

## 4. Capital humano

Em consonância aos objetivos estratégicos estabelecidos, a Companhia promove o desenvolvimento profissional e a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores por meio de ações e concessão de benefícios, com um relacionamento claro e transparente, e com o envolvimento dos colaboradores para que entendam seu papel no cumprimento das metas.

O capital humano constitui ferramenta valiosa para o sucesso dos negócios da Companhia, e no segundo trimestre de 2021 a Ferreira Gomes Energia S.A. mantinha em seu quadro 26 colaboradores.



## Comentário do Desempenho

### 5. Responsabilidade sócio ambiental

A Ferreira Gomes Energia S.A tem um comprometimento social e acredita na construção de uma sociedade mais justa e humana. Desta forma, está engajada no desenvolvimento de projetos sociais e ambientais que levam melhorias significativas às vidas dos membros da comunidade onde atua, tais como: ações voltadas ao incentivo cultural, desenvolvimento social e econômico da região.

Abaixo destacamos alguns dos programas já realizados:

- Programa de resgate de fauna;
- Programa de resgate de ictiofauna e invertebrados aquáticos;
- Programa de qualificação de mão-de-obra e estágio para jovens;
- Programa de apoio a projetos esportivos e culturais;
- Programa de apoio ao turismo sustentável em Ferreira Gomes;
- Programa de apoio aos agricultores familiares e comunidades ribeirinhas;
- Programa de monitoramento de vetores e controle da malária;
- Programa de apoio à elaboração de planos diretores de Ferreira Gomes e Porto Grande;
- Programa de gestão socioambiental integrada;
- Programa projeto de inventário florestal do canteiro e reservatório;
- Programa de monitoramento sísmológico;
- Programa de prospecção e resgate do patrimônio arqueológico;
- Programa fortalecimento de fornecedores locais; e
- Programa caracterização e fomento da atividade pesqueira.

Abaixo destacamos os principais projetos em andamento:

- Programa de monitoramento da qualidade de água;
- Programa de monitoramento de macrófitas;
- Programa de monitoramento e conservação da ictiofauna;
- Programa de monitoramento de invertebrados aquáticos;
- Programa de monitoramento hidrossedimentológico;
- Programa de recuperação de áreas degradadas;
- Programa de monitoramento meteorológico;
- Programa plano ambiental de conservação e uso do entorno do reservatório artificial (PACUERA);
- Programa monitoramento fauna;
- Programa de comunicação social.

### 6. Auditoria Independente

Em 24 de janeiro de 2019, a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (“EY Brasil”) celebrou com a Ferreira Gomes Energia S.A., o “Contrato Global para Prestação de Serviços de Auditoria”, durante o período de 02 (dois) anos. Em 06 de maio de 2021 a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (“EY Brasil”) celebrou com a Ferreira Gomes Energia S.A., o “Aditivo Contratual” para o período de 01 (um) ano.

### Mensagem final

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, seguradoras, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

### A Diretoria

## Notas Explicativas

### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

#### 1 Contexto operacional

A Ferreira Gomes Energia S.A. (“Ferreira Gomes”, “FGE” ou “Companhia”) é uma Companhia de capital aberto, constituída no dia 10 de agosto de 2010, com o propósito específico de construir, operar e explorar o potencial de energia hidráulica do rio Araguari, no Município de Ferreira Gomes, Estado do Amapá, denominado Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, com potência instalada de 252 MW, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito a usina hidrelétrica e a comercialização ou a utilização da energia elétrica produzida.

A sede da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho nº 1996, 15º andar, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), cuja concessão foi obtida pela Alupar no leilão de geração de energia nova 003/2010 (“Leilão”), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em julho de 2010.

Em 09 de novembro de 2010, foi firmado entre a Companhia e a União o Contrato de Concessão nº 02/2010 – MME – UHE Ferreira Gomes, que concede a Companhia o direito de explorar o empreendimento pelo prazo de 35 anos a partir da assinatura do respectivo contrato, ou seja, até 09 de novembro de 2045, podendo ser prorrogado, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, mediante requisição do concessionário e observadas as condições expostas na Legislação.

Os contratos de concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço.

A Companhia efetua mensalmente o pagamento pelo uso do bem público conforme descrito na nota explicativa nº 12.

A Companhia está em plena operação comercial, conforme abaixo:

Unidades geradoras	Ínicio da operação comercial	Ínicio da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	nº 4.297	84 MW (megawatts)	71,6 MW (megawatts)
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	nº 4.815	84 MW (megawatts)	47,6 MW (megawatts)
3ª	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	nº 1.271	84 MW (megawatts)	33,9 MW (megawatts)
				<u>252 MW (megawatts)</u>	<u>153,10 MW (megawatts)</u>

## Notas Explicativas

### Impactos do COVID 19

Diante da pandemia reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada à difusão do Covid-19, a Companhia adotou medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional, observando as recomendações das autoridades sanitárias.

Tendo em vista a disseminação do vírus, foi criado um Comitê de Crise Emergencial, responsável pelo Planejamento de Contingências para lidar com a presente situação. Este Comitê tem acompanhado a evolução da situação e tomado medidas de carácter preventivo, tais como: suspensão de viagens; período de quarentena para todos os colaboradores que regressem de viagem internacional, mesmo para os que não apresentem sintomas da doença; restrição de reuniões presenciais, priorizando o uso de tecnologia para sua viabilização de maneira remota; instituição do regime de trabalho de home office, sendo todos os colaboradores do escritório corporativo habilitados para exercerem suas atividades remotamente, a fim de evitar a concentração de pessoas; ampliação do home office às unidades operacionais, para todas as funções cuja natureza do trabalho possa ser realizada remotamente; intensificação da comunicação sobre a pandemia aos colaboradores; disponibilização de álcool gel e máscaras; intensificação da assepsia de todos os ambientes dos escritórios e centro de operação; treinamentos on-lines para uso de ferramentas que promovam e garantam a continuidade das entregas, aproximando as pessoas, de modo que se adaptem mais rapidamente à fase integral de trabalho remoto.

Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos contábeis, divulgados a seguir:

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização dos mesmos, a Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador.

A Companhia apresenta receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos contratos do ambiente regulado e ambiente livre, não apresentando risco de demanda. A administração da Companhia avaliou o risco de realização de seus recebíveis e observou que não houve inadimplência em decorrência do COVID-19 no segundo trimestre de 2021 e, até a data de emissão dessas informações intermediárias, não são esperadas perdas futuras atreladas a recebíveis. Adicionalmente, o Governo Federal já anunciou algumas medidas, com o objetivo de preservar a liquidez das distribuidoras de energia, as quais representam os principais clientes da Companhia.

Com base na avaliação acima, até o momento não houve impacto relevante na Companhia que pudesse requerer alguma mensuração e/ou divulgação nas informações contábeis intermediárias findas em 30 de junho de 2021.

### Repactuação do GSF (*Generation Scaling Factor*) – Geradoras

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que estabelece novas condições para repactuação do risco hidrológico assumido pelas usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). O objetivo é compensar as usinas hidrelétricas por tais riscos cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito. Essa Lei foi regulamentada pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 895 de 1º de dezembro de 2020, que estabeleceu a metodologia de cálculo das compensações a serem pagas aos geradores hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), considerando a geração potencial de energia elétrica dos empreendimentos estruturantes, caso não houvesse restrição ao escoamento da energia, e o preço da energia no mercado de curto prazo no momento da restrição.

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, que deve ser homologada pela ANEEL e reconhecida contabilmente como um intangível em contrapartida a recuperação de custos com energia elétrica. A Companhia aguarda a homologação dos prazos de extensão pela ANEEL para realizar a repactuação e proceder ao reconhecimento contábil.

## Notas Explicativas

### 2 Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

A autorização para emissão das informações contábeis intermediárias da Companhia foi efetuada em Reunião de Diretoria realizada em 09 de agosto de 2021.

#### Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com a NBC TG 21 (R4) – Demonstração Intermediária, emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e apresentadas de forma condizente com normas complementares emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração de informações trimestrais (ITR), e das normas definidas pela ANEEL, quando essas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou com as normas internacionais.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### Base de preparação e apresentação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros mensurados a valor justo.

#### Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essas informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

#### Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos.

## Notas Explicativas

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que podem representar risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às informações contábeis nos próximos trimestres, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 - Contas a receber de clientes: registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).
- Nota 10 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável no futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota 17 - Provisões para contingências: reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda.

### 3 Sumário das principais práticas contábeis

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas de forma consistentes com as práticas contábeis divulgadas na nota explicativa nº 3 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Essas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações contábeis, emitidas em 19 de março de 2021.

### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração	30/06/2021	31/12/2020
Fundo fixo	-	4	4
Banco conta movimento	-	13.770	8.770
Aplicações financeiras automáticas	Até 20% do CDI	-	39
		<b>13.774</b>	<b>8.813</b>

As aplicações financeiras de liquidez imediata referem-se a aplicações automáticas vinculadas à conta corrente remunerada pela variação do CDI, não ocorrendo, portanto, risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

### 5 Investimentos de curto prazo

	Remuneração	30/06/2021	31/12/2020
Fundo de Investimento - FI Energia	90,82% do CDI	3.890	3.852
Fundo de Investimento - STA Energia	109,64% do CDI	32.497	59.579
		<b>36.387</b>	<b>63.431</b>

As aplicações financeiras classificadas como investimentos de curto prazo referem-se ao Fundo Exclusivo FI – Energia e Fundo de Investimento STA Energia, mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

### 6 Títulos e valores mobiliários

	Instituição	Remuneração	30/06/2021	31/12/2020
Aplicação pós fixada	BNDES	102,73% do CDI	16.078	16.304
Aplicação pós fixada	Debêntures	102,73% do CDI	21.335	18.477
			<b>37.413</b>	<b>34.781</b>

## Notas Explicativas

Aplicações em garantia do contrato de debêntures conforme instrumento particular de escritura da 3ª Emissão, que estabelece obrigatoriedade de constituição de reservas para conta O&M e serviço da dívida. E, também em garantia do contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1 celebrado entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para implantação da UHE Ferreira Gomes Energia S.A., o qual estabelece que a Companhia deve constituir uma conta bancária reserva do BNDES, movimentada exclusivamente para pagamentos decorrentes deste contrato no caso de insuficiência de saldo de recursos na conta centralizadora.

### 7 Contas a receber de clientes

O saldo em 30 de junho de 2021 é substancialmente constituído pelos valores faturados nos meses de maio e junho, e que serão recebidos em 3 parcelas a partir dos meses subsequentes ao fato gerador, conforme definido no contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado.

	Nota	30/06/2021	31/12/2020
Suprimento de energia elétrica - ambiente regulado		13.599	16.355
Suprimento de energia elétrica - ambiente livre - partes relacionadas	17.1	5.805	9.576
Suprimento de energia elétrica - mercado de curto prazo/CCEE		7.666	2.731
		<b>27.070</b>	<b>28.662</b>

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes.

### 8 Despesas pagas antecipadamente

	30/06/2021	31/12/2020
<b>Ativo circulante</b>		
Prêmio de seguros - diversos	293	128
Prêmio de seguros - risco operacional	1.960	938
Prêmio de seguros - risco hidrológico	1.268	1.268
	<b>3.521</b>	<b>2.334</b>
<b>Ativo não circulante</b>		
Prêmio de seguros - risco hidrológico	8.556	9.190
	<b>8.556</b>	<b>9.190</b>
	<b>12.077</b>	<b>11.524</b>

Em 28 de dezembro de 2015 a Companhia protocolou na ANEEL o interesse pela repactuação do risco hidrológico, nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 92. Em 19 de janeiro de 2016 a ANEEL anuiu a repactuação do risco hidrológico da UHE Ferreira Gomes.

O registro inicial (R\$ 16.796 data base de dezembro de 2015) consistiu na criação de uma despesa antecipada em contrapartida à redução do custo de energia comprada para revenda no resultado, a ser apropriada em 13 anos e 3 meses contados a partir de janeiro de 2016.

## Notas Explicativas

A partir de janeiro de 2016 ocorre mensalmente a amortização linear deste custo de energia comprada. O saldo do montante repactuado líquido de amortização na data de 30 de junho de 2021 é de R\$ 9.824 segregado entre circulante e não circulante (R\$ 10.458 em dezembro de 2020).

### 9 Tributos e contribuições sociais

Conforme determinações legais, a Companhia efetuou retenções na fonte e antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições sociais. Os saldos destes tributos e contribuições sociais estão assim constituídos:

<u>Ativo circulante</u>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b><u>Tributos e contribuições sociais a compensar</u></b>		
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	821	385
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	494	8
PIS a Compensar	166	-
COFINS a Compensar	763	-
Outros	23	37
	<b><u>2.267</u></b>	<b><u>430</u></b>
<b><u>Passivo circulante</u></b>		
<b><u>Tributos e contribuições sociais a recolher</u></b>		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	1.316	1.301
Programa de Integração Social - PIS	10	298
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	48	1.373
Outros	32	46
	<b><u>1.406</u></b>	<b><u>3.018</u></b>

### 10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Este saldo é composto por prejuízos fiscais acumulados, cuja recuperabilidade foi estimada por projeções elaboradas pela Companhia, e são revisadas anualmente, quanto à evolução positiva dos resultados futuros da Companhia.

No quadro abaixo está demonstrada a movimentação dos tributos diferidos:

	<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>Reversão</b>	<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>Constituição</b>	<b>Saldo em 30/06/2021</b>
<b>Base de cálculo acumulada de Prejuízo Fiscal</b>	<b>22.121</b>	<b>(8.463)</b>	<b>13.658</b>	<b>10.904</b>	<b>24.562</b>
Imposto de renda diferido	1.382	(529)	854	681	1.535
Diferenças Temporárias	-	-	-	2	2
<b>Base negativa acumulada</b>	<b>22.121</b>	<b>(8.463)</b>	<b>13.658</b>	<b>11.075</b>	<b>24.733</b>
Contribuição social diferida	1.991	(762)	1.229	998	2.227
Diferenças Temporárias	-	-	-	3	3
<b>Imposto de renda e contribuição social diferido</b>	<b><u>3.373</u></b>	<b><u>(1.291)</u></b>	<b><u>2.083</u></b>	<b><u>1.684</u></b>	<b><u>3.767</u></b>

## Notas Explicativas

A estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido é conforme o mapa abaixo:

	2021	2022	Total
Estimativa de realização IRPJ diferido	681	854	1.535
Estimativa de realização IRPJ diferido - Diferenças temporárias	2	-	2
Estimativa de realização CSLL diferida	998	1.229	2.227
Estimativa de realização CSLL diferida - Diferenças temporárias	3	-	3

## 11 Imobilizado

As adições registradas no ativo imobilizado desde o período em implantação até o o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 representam substancialmente investimentos em materiais, equipamentos, serviços e os correspondentes encargos sobre empréstimos vinculados à construção, destinados à implantação e finalização da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, conforme descrito na nota explicativa nº 1. O imobilizado está constituído da seguinte forma em 30 de junho de 2021:

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2020	Adições	Transferências	Outros*	Baixas	Saldo em 30/06/2021
<b>Imobilizado em serviço</b>							
Terrenos	0,00%	16.708	-	-	-	-	16.708
Reservatórios, barragens e adutoras	2,14%	845.737	-	-	-	-	845.737
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,45%	140.646	-	-	-	-	140.646
Máquinas e equipamentos	2,75%	602.011	244	352	-	(1)	602.606
Veículos	0,00%	10	-	-	-	-	10
Móveis e utensílios	6,07%	2.434	2	-	-	-	2.436
Direito de uso sobre arrendamento	8,50%	1.320	-	-	466	-	1.786
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>1.608.866</b>	<b>246</b>	<b>352</b>	<b>466</b>	<b>(1)</b>	<b>1.609.929</b>
<b>(-) Depreciação acumulada</b>							
Reservatórios, barragens e adutoras		(109.953)	(9.037)	-	-	-	(118.990)
Edificações, obras civis e benfeitorias		(20.962)	(1.723)	-	-	-	(22.685)
Máquinas e equipamentos		(97.824)	(8.420)	-	-	2	(106.242)
Veículos		(8)	-	-	-	-	(8)
Móveis e utensílios		(919)	(76)	-	-	-	(995)
Direito de uso sobre arrendamento		(568)	(222)	-	-	-	(790)
<b>Total da depreciação acumulada</b>		<b>(230.234)</b>	<b>(19.478)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>(249.710)</b>
<b>Total do ativo imobilizado em serviço</b>		<b>1.378.632</b>	<b>(19.232)</b>	<b>352</b>	<b>466</b>	<b>1</b>	<b>1.360.219</b>
<b>Imobilizado em curso</b>							
Adiantamento a fornecedor		1.551	10	-	-	-	1.561
Depósitos judiciais		2.333	-	(352)	(95)	(15)	1.871
<b>Total do ativo imobilizado em curso</b>		<b>3.884</b>	<b>10</b>	<b>(352)</b>	<b>(95)</b>	<b>(15)</b>	<b>3.432</b>
<b>Total do imobilizado</b>		<b>1.382.516</b>	<b>(19.222)</b>	<b>-</b>	<b>371</b>	<b>(14)</b>	<b>1.363.651</b>



## Notas Explicativas

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2019	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 30/06/2020
<b>Imobilizado em serviço</b>						
Terrenos	0,00%	16.708	-	-	-	16.708
Reservatórios, barragens e adutoras	2,14%	841.084	-	4.653	-	845.737
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,45%	140.646	-	-	-	140.646
Máquinas e equipamentos	2,75%	601.580	448	-	-	602.028
Veículos	0,00%	416	-	-	-	416
Móveis e utensílios	6,07%	2.436	-	-	-	2.436
Direito de uso sobre arrendamento	8,50%	1.230	30	-	-	1.260
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>1.604.100</b>	<b>478</b>	<b>4.653</b>	<b>-</b>	<b>1.609.231</b>
<b>(-) Depreciação acumulada</b>						
Reservatórios, barragens e adutoras		(88.701)	(12.218)	-	-	(100.919)
Edificações, obras civis e benfeitorias		(17.516)	(1.723)	-	-	(19.239)
Máquinas e equipamentos		(81.231)	(8.311)	-	-	(89.542)
Veículos		(403)	(10)	-	-	(413)
Móveis e utensílios		(767)	(76)	-	-	(843)
Direito de uso sobre arrendamento		(275)	(143)	-	-	(418)
<b>Total da depreciação acumulada</b>		<b>(188.893)</b>	<b>(22.481)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(211.374)</b>
<b>Total do ativo imobilizado em serviço</b>		<b>1.415.207</b>	<b>(22.003)</b>	<b>4.653</b>	<b>-</b>	<b>1.397.857</b>
<b>Imobilizado em curso</b>						
Reservatórios, barragens e adutoras		654	-	(654)	-	-
Veículos		31	-	-	(26)	5
Adiantamento a fornecedor		5.446	352	(3.999)	-	1.799
Depósitos judiciais		2.510	-	93	(70)	2.533
<b>Total do ativo imobilizado em curso</b>		<b>8.641</b>	<b>352</b>	<b>(4.560)</b>	<b>(96)</b>	<b>4.337</b>
<b>Total do imobilizado</b>		<b>1.423.848</b>	<b>(21.651)</b>	<b>93</b>	<b>(96)</b>	<b>1.402.194</b>

\*Outros refere-se a remensuração do arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2020 os ativos imobilizados, que compõe a unidade geradora de caixa, foram submetidos à análise de recuperabilidade e não foram identificadas informações que resultassem em reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. Em 30 de junho de 2021, a Companhia avaliou os impactos do COVID-19, atualmente disponíveis, em suas projeções e não observou impactos relevantes que resultassem em uma mudança significativa no cenário projetado para recuperabilidade dos ativos.

## 12 Intangível

	Taxa média anual de amortização	Saldo em 31/12/2020	Adições	Saldo em 30/06/2021
<b>Intangível em serviço</b>				
Uso do bem público	3,19%	11.769	-	11.769
Software	20,00%	740	-	740
Outros intangíveis	13,40%	957	-	957
<b>Total intangível em serviço</b>		<b>13.466</b>	<b>-</b>	<b>13.466</b>
<b>(-) Amortização acumulada</b>				
Uso do bem público		(2.311)	(187)	(2.498)
Software		(737)	(1)	(738)
Outros intangíveis		(957)	-	(957)
<b>Total amortização</b>		<b>(4.005)</b>	<b>(188)</b>	<b>(4.193)</b>
<b>Total do intangível</b>		<b>9.461</b>	<b>(188)</b>	<b>9.273</b>

## Notas Explicativas

	Taxa média anual de amortização	Saldo em 31/12/2019	Adições	Saldo em 30/06/2020
<b>Intangível em serviço</b>				
Uso do bem público	3,19%	11.769	-	11.769
Software	20,00%	740	-	740
Outros intangíveis	13,40%	957	-	957
<b>Total intangível em serviço</b>		<b>13.466</b>	<b>-</b>	<b>13.466</b>
<b>(-) Amortização acumulada</b>				
Uso do bem público		(1.937)	(187)	(2.124)
Software		(732)	(4)	(736)
Outros intangíveis		(957)	-	(957)
<b>Total amortização</b>		<b>(3.626)</b>	<b>(191)</b>	<b>(3.817)</b>
<b>Total do intangível</b>		<b>9.840</b>	<b>(191)</b>	<b>9.649</b>

O montante registrado como “Uso do bem público” refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico, estabelecido em contrato de concessão, mensurado pelo custo histórico, descontado a valor presente para fins de reconhecimento inicial. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão.

### Passivo relacionado ao Uso do bem público

	2019	Ajuste AVP	Pagamentos	Transferência	2020	Ajuste AVP	Pagamentos	Transferência	30/06/2021
Passivo circulante	1.566	-	(1.564)	1.564	1.566	-	(810)	810	1.566
Passivo não circulante	13.570	1.485	-	(1.564)	13.491	(79)	-	(810)	12.602
	<b>15.136</b>				<b>15.057</b>				<b>14.168</b>

Em relação a obrigação de uso do bem público, refere-se, as parcelas mensais a serem recolhidas à União, equivalentes a 1/12 (um doze avos) do valor anual de R\$ 214 (valor original previsto em agosto de 2010, atualizado anualmente pelo IPCA) até o 35º ano da concessão.

## 13 Fornecedores

	Nota	30/06/2021	31/12/2020
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST		1.848	1.839
Materiais e serviços		13.043	10.700
Mercado de curto prazo - CCEE		-	3.946
Compra de energia - partes relacionadas	<b>17.1</b>	<b>6.033</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>		<b>20.924</b>	<b>16.485</b>

## Notas Explicativas

### 14 Empréstimos, financiamentos e debêntures

a. Os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostos da seguinte forma:

	Encargos	Vencimento	30/06/2021			31/12/2020		
			Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total
<b>Moeda nacional - circulante</b>								
BNDES - Subcrédito A, B e C	2,34% + TJLP	15/04/2031	23.252	641	23.893	23.251	713	23.964
BNDES - Subcrédito D	2,5%	15/12/2022	24.704	38	24.742	24.705	54	24.759
BNDES - Subcrédito E	TJLP	15/04/2031	191	4	195	191	4	195
3º emissão de debêntures	6,47% + IPCA	15/12/2027	22.692	825	23.517	19.803	819	20.622
(-) custo de captação - a apropriar	-	-	(1.559)	-	(1.559)	(1.560)	-	(1.560)
<b>Total</b>			<b>69.280</b>	<b>1.508</b>	<b>70.788</b>	<b>66.390</b>	<b>1.590</b>	<b>67.980</b>
<b>Moeda nacional - não circulante</b>								
BNDES - Subcrédito A, B e C	2,34% + TJLP	15/04/2031	205.389	-	205.389	217.013	-	217.013
BNDES - Subcrédito D	2,5%	15/12/2022	12.352	-	12.352	24.705	-	24.705
BNDES - Subcrédito E	TJLP	15/04/2031	1.689	-	1.689	1.785	-	1.785
3º emissão de debêntures	6,47% + IPCA	15/12/2027	278.537	-	278.537	279.031	-	279.031
(-) custo de captação - a apropriar	-	-	(9.359)	-	(9.359)	(10.141)	-	(10.141)
<b>Total</b>			<b>488.608</b>	<b>-</b>	<b>488.608</b>	<b>512.393</b>	<b>-</b>	<b>512.393</b>
<b>Total geral</b>			<b>557.888</b>	<b>1.508</b>	<b>559.396</b>	<b>578.783</b>	<b>1.590</b>	<b>580.373</b>

### BNDES

Em 28 de dezembro de 2012, a Companhia celebrou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1, no montante de R\$ 470.610. Até 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 foram liberados R\$ 470.583.

O contrato com o BNDES estabelece apuração anual de cláusulas restritivas, as quais instituem que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, as seguintes condições financeiras: Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo: 1,3 ou 1,2 caso a Companhia tenha emitido debêntures não conversíveis em ações no valor correspondente a no mínimo 50% do valor máximo estabelecido para o respectivo perfil de emissão, e, ainda, enquanto tais debêntures estiverem em circulação. O ICP e o ICSD são índices requeridos anualmente.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

As garantias dadas em função do contrato com o BNDES estão abaixo descritas:

Garantias ofertadas pela Ferreira Gomes:

Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão, compreendendo, mas não se limitado a:

## Notas Explicativas

- (a) O direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, seja ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à Ferreira Gomes Energia S.A., incluindo o direito de receber todas as indenizações pela extinção da concessão;
- (b) Os direitos creditórios da Ferreira Gomes Energia S.A. provenientes dos Contratos de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVE) a serem celebrados no ambiente de contratação livre (ACL), e de quaisquer outros contratos supervenientes da comercialização de energia elétrica firmados pela mesma, inclusive a totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica pela Companhia;
- (c) As garantias constantes dos CCEARs, dos CCVEs e de quaisquer outros contratos supervenientes de comercialização de energia elétrica firmados pela Ferreira Gomes Energia S.A.;
- (d) Os direitos creditórios das seguintes contas: Conta Centralizadora, Conta Reserva do BNDES, Conta Reserva de O&M e Conta Seguradora; e
- (e) Todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, da FGE, que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão ou decorrentes da venda de energia elétrica.

Garantia prestada pela Alupar Investimento S.A.:

Penhor da totalidade de ações de sua propriedade e de emissão da Ferreira Gomes Energia S.A.

### 3ª emissão de debêntures

Em 15 de junho de 2014 foi efetuada a terceira emissão de R\$210.900 (duzentos e dez mil e novecentos debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R\$ 1), os recursos foram transferidos para a Companhia no dia 01 de agosto de 2014. A Alupar é garantidora da Companhia. A remuneração das debêntures contempla juros de 6,4686% ao ano, incidente sobre o valor nominal unitário pelo IPCA, base de 252 dias.

As amortizações são semestrais e o vencimento da dívida se darão em 15 de dezembro de 2027. De acordo com cláusula V, item 5.8 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª emissão de Debentures, não haverá repactuação programada das Debêntures.

As debêntures possuem cláusulas restritivas (“*covenants*”) a serem apuradas trimestralmente com base nas informações da Companhia e apresentadas ao agente fiduciário (Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários). Tais cláusulas instituem que a Companhia deverá comprovar:

- Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20%; e
- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,15 (um inteiro e quinze centésimos).

Em 30 de junho de 2021 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

## Notas Explicativas

b. As movimentações de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

	31/12/2019	Encargos de dívidas	Amortização de Principal	Amortização de Juros	30/06/2020
<b>Moeda nacional</b>					
BNDES - Subcrédito A, B e C	243.536	8.583	(7.132)	(5.843)	239.144
BNDES - Subcrédito D	74.191	852	(12.352)	(864)	61.827
BNDES - Subcrédito E	2.025	50	(60)	(35)	1.980
3º emissão de debêntures	301.174	10.972	(9.294)	(7.084)	295.768
(-) custo de captação - a amortizar	(13.263)	760	-	-	(12.503)
<b>Total</b>	<b>607.663</b>	<b>21.217</b>	<b>(28.838)</b>	<b>(13.826)</b>	<b>586.216</b>

	31/12/2020	Encargos de dívidas	Amortização de Principal	Amortização de Juros	30/06/2021
<b>Moeda nacional</b>					
BNDES - Subcrédito A, B e C	240.977	7.821	(11.625)	(7.891)	229.282
BNDES - Subcrédito D	49.464	536	(12.352)	(554)	37.094
BNDES - Subcrédito E	1.981	43	(96)	(43)	1.885
3º emissão de debêntures	300.970	22.346	(10.294)	(9.651)	303.371
(-) custo de captação - a amortizar	(13.019)	783	-	-	(12.236)
<b>Total</b>	<b>580.373</b>	<b>31.529</b>	<b>(34.367)</b>	<b>(18.139)</b>	<b>559.396</b>

c. Em 30 de junho de 2021, as parcelas relativas aos empréstimos, financiamentos, debêntures e custo de captação, classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	2022	2023	2024	2025	Após 2025	Total
Principal	36.444	76.335	81.454	72.240	231.494	497.967
(-) custo de captação a amortizar	(780)	(1.559)	(1.559)	(1.559)	(3.902)	(9.359)
	<b>35.664</b>	<b>74.776</b>	<b>79.895</b>	<b>70.681</b>	<b>227.592</b>	<b>488.608</b>

## 15 Provisão para constituição de ativos

Natureza	31/12/2019	Pagamentos	Transferencia	31/12/2020	Pagamentos	30/06/2021
Montagem	202	-	-	202	-	202
Obras civis	3.342	(160)	(159)	3.023	-	3.023
<b>Total</b>	<b>53.281</b>	<b>(160)</b>	<b>(7.854)</b>	<b>3.225</b>	<b>-</b>	<b>3.225</b>

As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes à sua fase de implantação, para as quais os desembolsos financeiros ainda não foram totalmente liquidados.

## Notas Explicativas

### 16 Provisão para contingências

A Administração realiza o cálculo dos valores a serem provisionados, tomando como base os valores em risco constantes do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento da administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas avaliadas como perda provável.

A Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em nota explicativa, as demandas jurídicas cujo valor em risco da causa supere R\$ 1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

- (a) **Perda provável:** não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio. As demandas com probabilidade de perda provável resumem-se à:
- (i) **Demandas Trabalhistas:** três processos judiciais de natureza trabalhista (cinco processos em 31 de dezembro de 2020), de valor em risco aproximado de R\$ 42 (R\$ 213 em 31 de dezembro de 2020).

A movimentação da provisão é como segue:

	31/12/2019	Reversões	31/12/2020	Ingressos	Reversões	30/06/2021
Trabalhista	381	(168)	213	59	(230)	42

- (b) **Perda possível:** embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia, no período findo de 30 de junho de 2021 merecem destaques as seguintes demandas:
- (i) **Demandas Tributárias:** atualmente existe quatro processos administrativos de natureza tributária, com valor em risco aproximado em R\$ 10.511 (R\$ 17.819 em 31 de dezembro de 2020) com natureza de risco possível de perda. Considera-se como relevante o processo abaixo relacionado.

Processo Administrativo nº 109000001100000354/2017-19, trata-se de cobrança de ICMS pelo Estado do Amapá, referente ao diferencial de alíquota de ICMS por antecipação decorrente de substituição tributária não recolhida. Em 26 de fevereiro de 2021 a Companhia foi citada quanto a decisão favorável, no entanto, o processo ainda está aguardando arquivamento. Em 30 de junho de 2020 não há valor em risco.

Processo Administrativo nº 15746720203202021, trata-se de cobrança de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil para cobrança de supostos débitos de PIS e COFINS. O valor em risco aproximado é de R\$ 9.247 (R\$ 8.889 em 31 de dezembro de 2020).

- (ii) **Demandas Cíveis:** atualmente existem doze processos judiciais de natureza cível (sete processos em 31 de dezembro de 2020), de valor em risco aproximado em R\$ 9.644 (R\$ 9.169 em 31 de dezembro de 2020), com natureza de risco possível de perda. Dentre eles, consideram-se como relevantes os processos abaixo relacionados:

## Notas Explicativas

Ação Civil Pública nº 00016274120158030006, proposta pelo Ministério Público do Estado do Amapá, em face da Ferreira Gomes Energia S.A., na qual requer indenizações em decorrência de supostos danos materiais e morais causados ao meio ambiente. Com a assinatura do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) o processo foi suspenso, sendo que a movimentação decorre apenas da juntada dos documentos comprobatórios de cumprimento. Encontra-se também suspensa, em razão da celebração do TAC, a Ação Penal nº 00016282620158030006 proposta pelo Ministério Público Estadual, que visa apurar a eventual ocorrência de crime ambiental de mortandade de peixes. O valor em risco não pode ser estimado.

Ação Civil Pública nº 00013863320168030006, proposta pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da Ferreira Gomes Energia S.A. e outros, com objetivo de compelir os réus a promoverem a reparação integral de todos os danos ambientais causados no Município de Ferreira Gomes/AP em decorrência de enchente causada por terceiros, assim como adotarem medidas para minimizar os efeitos deletérios relacionados ao evento. A ação encontra-se suspensa em decorrência da Ação Cautela e Inominada nº 00005352820158030006, tendo como objeto a produção antecipada de provas requerida pelo Ministério Público. A ação cautelar está em fase de recurso de apelação. Em decorrência do evento, objeto da ação civil pública, o Ministério Público Estadual proveu a Ação Penal nº 00002968220198030006 em face da Companhia e demais empresas, visando a apuração de eventual ocorrência de crimes ambientais de destruição/danificação de floresta considerada de preservação permanente. A referida ação está em fase de Resposta à Acusação. O valor em risco não pode ser estimado.

Execução de Título Extrajudicial nº 00002067420198030006, trata-se de Execução de Título Extrajudicial movida pelo Ministério Público Estadual do Amapá por descumprimento de TAC 2, assinado em fevereiro de 2017, homologado nos autos da Ação Civil Pública nº 001385-48.2016.8.03.00006, em razão do suposto descumprimento da Cláusula 2.9, alíneas 'f' e 'g'. A FGE apresentou embargos à execução. O valor em risco é de aproximadamente R\$ 9.483 (R\$ 9.018 em 31 de dezembro de 2020).

Execução de Título Extrajudicial nº 00023828020184013100, trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial ajuizada pelo Ministério Público Federal em face de Ferreira Gomes Energia S/A, fundada no suposto inadimplemento dos itens "c", "f" e "g" da Cláusula 2.9 do TAC. A FGE apresentou embargos à execução. O valor em risco aproximado é de R\$ 69 (R\$ 66 em 31 de dezembro de 2020).

Execução de Título Extrajudicial nº 00046934420184013100, trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial ajuizada pelo Ministério Público Federal em face de Ferreira Gomes Energia S/A, fundada no suposto inadimplemento dos itens "c", "f" e "g" da Cláusula 2.9 do TAC (obrigação de fazer). A FGE apresentou embargos à execução. O valor em risco aproximado é de R\$ 1 (o mesmo em 31 de dezembro de 2020).

**(iii) Demandas Trabalhistas:** atualmente existe 01 processo judicial de natureza trabalhista, de valor em risco aproximado em R\$ 290, com natureza de risco possível de perda. Não há processo relevante que deva ser destacado.

**(iv) Demandas Ambientais:** existem quatro autos de infrações (o mesmo em 31 de dezembro de 2020), de valor em risco aproximado em R\$ 60.000 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2020) com probabilidade de perda possível, melhor descrito abaixo:

## Notas Explicativas

Auto de Infração Ambiental nº 013596 A, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a Companhia, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 20.000 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2020).

Destacamos que a Companhia firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC 1) no qual suspendeu o procedimento administrativo em curso no IMAP até o seu integral cumprimento. Ao final, cumpridas as obrigações assumidas, o procedimento será extinto.

Auto de Infração Ambiental nº 014689 A, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a Companhia, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 30.000 (mesmo valor em 31 de dezembro 2020).

Destacamos que a Companhia firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC 2) no qual suspendeu o procedimento administrativo em curso no IMAP até o seu integral cumprimento. Ao final, cumpridas as obrigações assumidas, o procedimento será extinto.

Auto de Infração Ambiental nº 016154, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a Companhia, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 7.000 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2020).

Auto de Infração Ambiental nº 16158, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a empresa, supostamente, ter descumprido ou cumprido parcialmente uma série de condicionantes da Licença de Operação nº 317/2014. O valor em risco aproximado é de R\$ 3.000 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2020).

**(v) Demandas Penais:** atualmente existem dois processos de natureza penal, cujo o valor em risco não pode ser estimado. Dentre eles, não há processos relevantes que devam ser destacados.

**(vi) Demandas Regulatórias:** atualmente a Companhia é parte em um processo de ordem regulatória (mesmo em 31 de dezembro de 2020), de valor em risco aproximado em R\$ 3.957 (R\$ 5.927 em 31 de dezembro de 2020) valendo mencionar o seguinte:

Ação Ordinária com Pedido de Liminar nº 00762951020144013400: Atualmente a Companhia detém liminar em ação ordinária proposta contra a União Federal, impedindo a aplicação dos efeitos da Resolução CNPE nº 3 que, em suma, objetivou a inclusão dos geradores hidrelétricos no rateio do custo do despacho das Usinas Termelétricas fora da ordem de mérito econômico para garantir o suprimento energético. O valor de Encargos de Serviços do Sistema a ser registrado na Companhia, caso a liminar não seja mantida, será no montante de R\$ 3.957 ( R\$ 5.927 em 31 de dezembro de 2020).



## Notas Explicativas

### 17 Partes relacionadas

#### 17.1 Transações com partes relacionadas

##### (A) Partes relacionadas: informações patrimoniais.

	30/06/2021	31/12/2020
<b>Ativo circulante - partes relacionadas</b>		
Venda de energia elétrica - Alupar Investimento S.A.	5.805	9.576
	<b>5.805</b>	<b>9.576</b>
<b>Passivo circulante - partes relacionadas</b>		
Dividendos - Alupar Investimento S.A.	-	6.970
Fornecedores - AF Energia S.A	-	295
Compra de energia elétrica - Alupar Investimentos S.A.	6.033	-
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A	525	207
	<b>6.558</b>	<b>7.472</b>
<b>Passivo não circulante - partes relacionadas</b>		
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A	524	603
	<b>524</b>	<b>603</b>

##### (B) Partes relacionadas: informações do resultado.

	Trimestre findo em		Acumulado findo em	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
<b>Receita - partes relacionadas</b>				
Venda de energia elétrica - Alupar Investimento S.A.	17.610	17.213	35.026	41.914
	<b>17.610</b>	<b>17.213</b>	<b>35.026</b>	<b>41.914</b>
<b>Custo - partes relacionadas</b>				
Compra de energia elétrica - Alupar Investimento S.A.	(26.378)	(6.416)	(28.028)	(9.789)
Serviços Tomados - AF Energia S.A	(599)	(861)	(1.498)	(1.723)
Juros s/ arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A	(25)	-	(53)	-
	<b>(27.002)</b>	<b>(7.277)</b>	<b>(29.579)</b>	<b>(11.512)</b>

A Companhia é controlada pela Alupar Investimento S.A.. A Alupar Investimento S.A. é controlada pela Guarupart Participações Ltda.

### 17.2 Garantias

As transações de garantias estão abaixo relacionadas:

Empresa Garantidora	Data da Autorização	Órgão Autorizador	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 30/06/2021
Alupar	26/12/2012	Conselho de Administração	Financiamento - BNDES - Contrato 12.2.1390.1	Prestação de Garantias (Fiança Ordinária) Direito sobre os Recebíveis do Poder Concedente, Direitos Creditórios Contratos de Compra e Venda de Energia, Direitos Creditórios Conta Centralizadora, Conta Reserva BNDES, Conta Reserva O&M, Conta Seguradora.	28/12/2012	15/04/2031	470.610	268.260
Alupar	30/05/2014	Conselho de Administração	Debêntures - 3ª Emissão	Fiança, penhor de ações e cessão fiduciária	15/06/2014	15/12/2027	210.900	302.055
Alupar	04/07/2016	Conselho de Administração	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 180220317 - CUST 48/2015 (ONS)	Prestação de Garantias (Fiança)	04/07/2018	24/06/2022	3.351	3.434

## Notas Explicativas

### 7.3 Remuneração da alta administração

De acordo o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração bem como sua distribuição.

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas.

Nas Assembleias Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE da Companhia realizadas em 26 de abril de 2021 e 24 de abril de 2020, os membros do Conselho de Administração e Diretoria renunciaram a qualquer remuneração.

## 18 Patrimônio líquido

### 8.1 Capital social

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 818.858

A composição acionária da Companhia em 30 de junho de 2021 e 31 dezembro de 2020 é a seguinte:

	30/06/2021	31/12/2020
	Quantidades de ações	
Alupar Investimento S.A.	807.080.528	807.080.528
AF Energia S.A.	1	1
	<u>807.080.529</u>	<u>807.080.529</u>

### Reserva de Lucros

- a. **Reserva legal**
  - 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado.
- b. **Reserva especial para incentivos fiscais**
  - Reserva decorrente da SUDAM que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.
- c. **Lucros retidos**
  - Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação.

## Notas Explicativas

### 19 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante os períodos de três meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

A Companhia não possui instrumentos diluidores, tais como, instrumentos conversíveis que foram convertidos, opções ou os bônus de subscrição que foram exercidos ou ações emitidas após a satisfação das condições especificadas.

	Trimestre findo em		Acumulado findo em	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
<b>Numerador</b>				
Lucro (prejuízo) líquido do período	(15.858)	2.598	(9.047)	10.384
<b>Denominador</b>				
Média ponderada do número de ações ordinárias	807.080.529	807.080.529	807.080.529	807.080.529
<b>Resultado básico e diluído por ação ordinária R\$</b>	<b>(0,020)</b>	<b>0,003</b>	<b>(0,011)</b>	<b>0,013</b>

### 20 Receita operacional líquida

	Nota	Trimestre findo em		Acumulado findo em	
		30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
<b>Receita de geração de energia elétrica</b>					
Suprimento de energia - ambiente regulado		27.262	26.565	55.751	53.943
Suprimento de energia - ambiente livre		1.695	-	7.836	5.968
Suprimento de energia - ambiente livre - partes relacionadas	17.1	17.610	17.213	35.026	41.914
Ajuste positivo CCEE		6.450	4.986	9.378	5.812
		<b>53.017</b>	<b>48.764</b>	<b>107.991</b>	<b>107.637</b>
<b>Deduções</b>					
PIS - Programa de integração social		(810)	(754)	(1.688)	(1.728)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social		(3.733)	(3.477)	(7.776)	(7.962)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento		(453)	(415)	(928)	(932)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica		(208)	(129)	(416)	(395)
		<b>(5.204)</b>	<b>(4.775)</b>	<b>(10.808)</b>	<b>(11.017)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>47.813</b>	<b>43.989</b>	<b>97.183</b>	<b>96.620</b>

## Notas Explicativas

### 21 Custos e despesas operacionais

Nota	Trimestre findo em				Acumulado findo em				
	30/06/2021		30/06/2020		30/06/2021		30/06/2020		
	Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais	
<b>Custos não gerenciáveis</b>									
	(5.063)	-	(4.887)	-	(10.077)	-	(9.744)	-	
	(2.416)	-	(2.434)	-	(4.372)	-	(3.631)	-	
	(93)	-	(93)	-	(187)	-	(187)	-	
<b>12</b>	<b>(7.572)</b>	<b>-</b>	<b>(7.414)</b>	<b>-</b>	<b>(14.636)</b>	<b>-</b>	<b>(13.562)</b>	<b>-</b>	
<b>Custos gerenciáveis</b>									
	(49)	(14)	(126)	-	(88)	(14)	(173)	-	
	(4.543)	-	(2.830)	-	(7.781)	-	(9.632)	-	
	(26.378)	-	(6.416)	-	(28.028)	-	(9.789)	-	
<b>17.1</b>	<b>(814)</b>	<b>(3)</b>	<b>(717)</b>	<b>(2)</b>	<b>(1.615)</b>	<b>(5)</b>	<b>(1.484)</b>	<b>(5)</b>	
	(43)	(16)	(52)	(6)	(97)	(44)	(171)	(18)	
	(529)	(44)	(357)	(107)	(1.069)	(121)	(917)	(236)	
	(72)	(185)	(99)	(75)	(343)	(264)	(228)	(83)	
	(711)	(374)	(624)	(305)	(1.183)	(539)	(1.047)	(1.695)	
<b>17.1</b>	<b>(599)</b>	<b>-</b>	<b>(861)</b>	<b>-</b>	<b>(1.498)</b>	<b>-</b>	<b>(1.723)</b>	<b>-</b>	
	58	-	44	-	171	-	168	-	
	18	40	8	-	(78)	(130)	(167)	(327)	
	(144)	(8)	(358)	(29)	(569)	(8)	(358)	(29)	
	-	39	-	-	-	39	-	-	
	<b>(33.806)</b>	<b>(565)</b>	<b>(12.388)</b>	<b>(524)</b>	<b>(42.178)</b>	<b>(1.086)</b>	<b>(25.521)</b>	<b>(2.393)</b>	
<b>Depreciação e Amortização</b>	<b>11 e 12</b>	<b>(9.700)</b>	<b>(130)</b>	<b>(12.787)</b>	<b>(74)</b>	<b>(19.255)</b>	<b>(222)</b>	<b>(22.339)</b>	<b>(146)</b>
		<b>(9.700)</b>	<b>(130)</b>	<b>(12.787)</b>	<b>(74)</b>	<b>(19.255)</b>	<b>(222)</b>	<b>(22.339)</b>	<b>(146)</b>
<b>Total</b>		<b>(51.078)</b>	<b>(695)</b>	<b>(32.589)</b>	<b>(598)</b>	<b>(76.069)</b>	<b>(1.308)</b>	<b>(61.422)</b>	<b>(2.539)</b>

### 22 Resultado financeiro

	Trimestre findo em		Acumulado findo em	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
<b>Receitas financeiras</b>				
Receita de aplicações financeiras	788	590	1.253	1.235
Juros s/ faturas a receber em atraso	36	-	41	2
Outras receitas financeiras	3	36	9	51
	<b>827</b>	<b>626</b>	<b>1.303</b>	<b>1.288</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Encargos de dívidas	(15.065)	(8.029)	(31.582)	(21.217)
Atualização monetária	65	(344)	65	(750)
Outras despesas financeiras	(234)	(178)	(323)	(322)
	<b>(15.234)</b>	<b>(8.551)</b>	<b>(31.840)</b>	<b>(22.289)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(14.407)</b>	<b>(7.925)</b>	<b>(30.537)</b>	<b>(21.001)</b>

## Notas Explicativas

### 23 Imposto de renda e contribuição social

	Trimestre findo em				Acumulado findo em			
	30/06/2021		30/06/2020		30/06/2021		30/06/2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(18.367)	(18.367)	2.877	2.877	(10.731)	(10.731)	11.658	11.658
(+/-) Adições e/ou exclusões	(58)	(229)	(272)	(272)	(173)	(344)	(394)	(394)
<b>Base de cálculo IRPJ e CSLL</b>	<b>(18.425)</b>	<b>(18.596)</b>	<b>2.605</b>	<b>2.605</b>	<b>(10.904)</b>	<b>(11.075)</b>	<b>11.264</b>	<b>11.264</b>
Compensação de prejuízo Fiscal 30%	2.257	2.257	(781)	(781)	-	-	(3.379)	(3.379)
<b>Base de cálculo IRPJ e CSLL após compensação</b>	<b>(16.168)</b>	<b>(16.339)</b>	<b>1.824</b>	<b>1.824</b>	<b>(10.904)</b>	<b>(11.075)</b>	<b>7.885</b>	<b>7.885</b>
IRPJ e CSLL	(790)	(474)	272	165	-	-	1.183	710
Alíquota de Adicional IRPJ (Exceder R\$ 20/Mês - R\$ 240/Ano) 10%	(520)	-	176	-	-	-	776	-
<b>Incentivos Fiscais</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
( - ) PAT	10	-	3	-	-	-	(15)	-
( - ) SUDAM	1.248	-	(457)	-	-	-	(1.895)	-
<b>Total dos tributos correntes</b>	<b>(52)</b>	<b>(474)</b>	<b>(5)</b>	<b>164</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>49</b>	<b>710</b>
Tributos Diferidos	(857)	(1.121)	50	70	(681)	(998)	211	304
Tributos Diferidos Diferenças Temporárias	(2)	(3)	-	-	(2)	(3)	-	-
<b>Tributos diferidos</b>	<b>(859)</b>	<b>(1.124)</b>	<b>50</b>	<b>70</b>	<b>(683)</b>	<b>(1.001)</b>	<b>211</b>	<b>304</b>
<b>Total dos tributos</b>	<b>(911)</b>	<b>(1.598)</b>	<b>45</b>	<b>234</b>	<b>(683)</b>	<b>(1.001)</b>	<b>260</b>	<b>1.014</b>
Alíquota efetiva	13,62%		10,73%		15,44%		11,31%	

### 24 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

#### Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito por meio de aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

#### Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas informações contábeis intermediárias.

	30/06/2021		31/12/2020		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
<b>Ativo</b>						
Caixa e bancos	13.774	13.774	8.774	8.774	-	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	-	-	39	39	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Investimentos de curto prazo	36.387	36.387	63.431	63.431	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	37.413	37.413	34.781	34.781	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	27.070	27.070	28.662	28.662	-	Custo amortizado
	<b>114.644</b>	<b>114.644</b>	<b>135.687</b>	<b>135.687</b>		
<b>Passivo</b>						
Fornecedores	20.924	20.924	16.485	16.485	-	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	559.396	577.385	580.373	561.886	-	Custo amortizado
Uso do bem público	14.168	14.168	15.057	15.057	-	Custo amortizado
Provisão para constituição de ativos	3.225	3.225	3.225	3.225	-	Custo amortizado
	<b>597.713</b>	<b>615.702</b>	<b>615.140</b>	<b>596.653</b>		

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

O valor justo de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores e uso do bem público se aproximam do seu respectivo valor contábil, assim a divulgação destes permanecem inalterados.

## Notas Explicativas

Empréstimos e financiamentos: BNDES: em decorrência desse contrato não ser contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas; e

3º emissão de debêntures: As debêntures são mensuradas por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros nos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2021.

### Hierarquia do valor justo

Nos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2021, não houve transferências entre avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III.

### Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

#### *Análise de sensibilidade de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e investimentos de curto prazo*

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador ao qual a Companhia estava exposta na data base de 30 de junho de 2021, foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 30 de junho de 2021, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

		Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
Indexador	30/06/2021	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
		3,25%	4,88%	6,50%	8,13%	9,75%
Investimentos de curto prazo						
CDI	36.387	1.183	1.774	2.365	2.956	3.548
Títulos e Valores mobiliários						
CDI	37.413	1.216	1.824	2.432	3.040	3.648

#### *Análise de sensibilidade das dívidas*

Com base no relatório FOCUS de 30 de junho de 2021, foi extraída a projeção dos indexadores TJLP e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes.

## Notas Explicativas

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 30 de junho de 2021 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 30/06/2021*	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
			2,71%	4,07%	5,42%	6,78%	8,13%
3ª emissão de debêntures	IPCA +	301.229	28.181	32.527	36.872	41.218	45.564
			2,44%	3,66%	4,88%	6,10%	7,32%
BNDES subcrédito (A, B, C)	TJLP +	228.641	11.060	13.914	16.769	19.624	22.478
BNDES subcrédito E	TJLP	1.880	61	92	123	154	184

(\*) Refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos e custos de captação.

### Gestão de riscos

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

#### Risco de crédito

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

#### Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas e pós-fixadas.

#### Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

#### Risco Hidrológico

A combinação dos três fatores (i) baixo nível de armazenamento de água nos reservatórios do SIN (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrico elevado (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (Generation Scaling Factor) para os geradores hidrelétricos. Para mitigar os efeitos em 19 de janeiro de 2016 a ANEEL anuiu a repactuação do risco hidrológico da UHE Ferreira Gomes nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 92.

## Notas Explicativas

### *Risco de Descontratação*

Atualmente, todos os recursos da Companhia estão vendidos para o ACR e ACL. A receita de geração está sujeita também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

### *Risco de taxas de câmbio*

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

### *Risco de liquidez*

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Nossa política de gerenciamento de riscos é aprovada pela administração, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia na gestão desses riscos, determinando os limites financeiros e de exposição.

Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 30 de junho de 2021, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	20.924	-	-	-	-	20.924
Provisão para constituição de ativos	-	3.225	-	-	-	3.225
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13.155	57.633	72.272	224.754	191.582	559.396
Uso do bem público	397	1.169	1.503	4.509	6.590	14.168
<b>Total</b>	<b>34.476</b>	<b>62.027</b>	<b>73.775</b>	<b>229.263</b>	<b>198.172</b>	<b>597.713</b>

### **Gestão de capital**

A estrutura de capital foi determinada pelos estudos para a definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros.



## Notas Explicativas

	30/06/2021	31/12/2020
Empréstimos, financiamentos e debêntures (líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(70.788)	(67.980)
Não circulante	(488.608)	(512.393)
Dívida total	(559.396)	(580.373)
Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo	50.161	72.244
Dívida líquida	(509.235)	(508.129)
Patrimônio líquido	902.391	911.438
<b>Índice de endividamento líquido</b>	<b>0,56</b>	<b>0,56</b>

## 25 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. A Companhia reconheceu no resultado o montante de R\$ 174 e R\$ 257 em 30 de junho de 2021 e 2020, respectivamente.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

## 26 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 30 de junho de 2021.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Risco nomeado e operacional	1.573.269	2.026	18/06/2022
Risco de responsabilidade civil geral	700.000	293	18/06/2022
Seguro garantia judicial	1.761	62	04/01/2022
<b>Total</b>	<b>2.275.030</b>	<b>2.381</b>	

\* \* \*

**Contadora**  
 Patrícia N. S. Ferreira  
 CRC 1SP237063/O-2

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre a revisão das informações contábeis intermediárias

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Ferreira Gomes Energia S.A.  
São Paulo - SP

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Ferreira Gomes Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros assuntos

#### Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 09 de agosto de 2021.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6

Rita de C. S. Freitas  
Contadora CRC-1SP214160/O-5

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

São Paulo, 09 de agosto de 2021.

### **DECLARAÇÃO**

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, VI DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315.0001/23 (“Companhia”), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações contábeis para o período findo em 30 de junho de 2021.

---

Marcelo Patrício Fernandes Costa  
Diretor Financeiro  
Diretor de Relações com Investidores

---

Eduardo Henrique Alves Pires  
Diretor Administrativo  
Diretor Técnico

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

São Paulo, 09 de agosto de 2021.

### **DECLARAÇÃO**

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, V DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315.0001/23 (“Companhia”), nos termos do inciso V, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes para o período findo em 30 de junho de 2021.

---

Marcelo Patrício Fernandes Costa  
Diretor Financeiro  
Diretor de Relações com Investidores

---

Eduardo Henrique Alves Pires  
Diretor Administrativo  
Diretor Técnico